

GESTÃO DE PROPRIEDADES RURAIS: SER JOVEM E SER AGRICULTOR

Juliano Miotto ¹Marco Antônio Rambo ²Rosiane Oswald Flach ³

Resumo: Ser jovem e agricultor familiar se consistem como uma das estratégias mais importantes para a continuidade de uma maneira de vida, que busca a reprodução social da família, por meio da produção de alimentos, da preservação da biodiversidade, pela manutenção da paisagem rural, identidade cultural e manutenção da organização social das comunidades rurais. A presente pesquisa tem como objetivo investigar e compreender quais fatores interfere na permanência ou não dos jovens na agricultura, verificar as características econômicas das famílias e visualizar os parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica. A pesquisa obteve um total de 32 respostas, todos estudantes da Casa Familiar de Riqueza- SC. Os principais resultados que interferem na permanência dos jovens na propriedade rural são: busca de estudo e trabalho em centros maiores; Desmotivação em relação aos lucros gerados; Falta de infraestrutura e máquinas adequadas para facilitar os trabalhos na agricultura. Desta forma, esta pesquisa irá contribuir para a comunidade, agregando valor à sociedade regional.

Palavras chaves: Gestão rural. Sucessão familiar. Agronegócio.

1 INTRODUÇÃO

A agricultura, no passado, se baseava na geração de capital e de mão-de-obra, mas à medida que o setor foi ampliando, as propriedades rurais adotaram novas tecnologias de produção e de gestão administrativa, visto que permitiram uma nova postura diante das exigências do mercado. As transformações ocorreram especialmente nos países de primeiro mundo. No Brasil, a situação é característica em regiões mais desenvolvidas e com propriedades de grande tamanho. (UECKER; BRAUN; UECKER, 2005).

O Estado de Santa Catarina possui uma extensão territorial de 95.733,978 Km², representa 1,12% do território nacional e 16,91% da região Sul (IBGE, 2015). Contudo, o estado é o quinto maior produtor de alimentos do país, com 193 mil estabelecimentos agrícolas, o que evidencia a importância do mesmo em âmbito nacional em relação à produção de alimentos. Destes, 169 mil são da agricultura familiar, que congrega cerca de um milhão de pessoas e 570 mil trabalhadores. A agricultura e a pecuária representam cerca de 8% do PIB do estado, e o

¹ Acadêmico do Curso de Administração pela Faculdade de Itapiranga (FAI). E-mail: juliano.miotto@gmail.com.

² Especialista em Engenharia de Produção. Professor na Faculdade de Itapiranga (FAI). E-mail: ramboipx@yahoo.com.br

³ Mestre em Administração. Professora na Faculdade de Itapiranga (FAI) E-mail: adm@seifai.edu.br

agronegócio (indústrias e serviços) representa cerca de 30% do PIB. (FETAESC, 2015).

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 2006 (FETAESC, 2015) os números mostram que estão diminuindo as propriedades da agricultura familiar. No Estado de Santa Catarina são 168.544 propriedades rurais pertencentes a agricultura familiar, onde estão envolvidas 468.892 mil pessoas. Ainda segundo o censo, entre 1995/96 e 2006 houve um decréscimo de 7% no número de estabelecimentos da agricultura familiar no estado.

Neste sentido, a presente pesquisa tem como objetivo compreender quais fatores interfere na permanência ou não dos jovens na agricultura, verificar as características econômicas das famílias e visualizar os parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica, na qual proporcionara um referencial teórico para a comunidade científica devido à relevância do tema. Além disso, considerando a potencialidade que o agronegócio representa em nosso país na atualidade, junto a pouca informação sobre gestão eficiente, e a limitada utilização de práticas sustentáveis para o negócio, acabam reduzindo a sua capacidade produtiva, e uma melhor gestão das propriedades em questão.

Os estudos que deram rumo e credibilidade para que esta pesquisa ocorresse foram de Piovesani, Bortoluzzi e Silva (2015) e Deggerone (2013), onde ambos articulavam avaliações de desempenho voltadas para a área de pequenas propriedades rurais e seus contextos específicos, a fim de ampliar os estudos sobre o tema proposto.

Como contribuição, os resultados deste estudo poderão fornecer subsídios para o desenvolvimento e a viabilidade das propriedades familiares semelhantes à estudada nesta pesquisa. Para a academia, o estudo proporcionará um incremento do desenvolvimento da teoria gestão rural, o qual poderá servir como fonte de consultas para futuras pesquisas.

O artigo está estruturado da seguinte maneira: primeiramente apresenta-se o conceito de Gestão rural e os principais aspectos teóricos sobre a nova gestão rural. Em seguida, apresenta-se a metodologia da pesquisa e na sequência os resultados e discussões. Para finalizar, são apresentadas as considerações finais e referências.

2 GESTÃO RURAL

Segundo Mazetto *et al.* (2012), a importância das atividades rurais no contexto econômico brasileiro demonstra a necessidade da implantação de controles, especialmente controles de processos produtivos e custos. Deste modo, destaca-se a relevância da gestão como instrumento de base e controle para as atividades desenvolvidas no meio rural, tal como, para auxiliar na viabilidade e análise dos investimentos e das decisões relacionadas a estes.

A propósito das rápidas transformações observadas no agronegócio brasileiro nos últimos anos, com expressivos impactos sobre os processos produtivos e a sustentabilidade das propriedades rurais, tem movido o administrador rural a necessidade de estar atento, não somente aos aspectos produtivos, mas, sobretudo, na forma de administrar do seu negócio (VALE, 2002).

Todavia duas alternativas são apontadas pelos enfoques teóricos do desenvolvimento rural: a busca pela inovação e a pluriatividade. Veiga (1992) demonstra que as inovações tecnológicas proporcionam ganhos significativos aos produtores, em contrapartida à redução de lucratividade dos que não inovam são levados à exclusão, o que demonstra aos agricultores a necessidade de inovar constantemente e tornarem-se pluriativos. Abordado por Silva (2001), pluriatividade é que indica diferentes possibilidades de diversificação na propriedade através de atividades que ele chama de “novas atividades agrícolas”, como escolhas de emprego da mão de obra e renda.

De acordo com Simioni e Zilliotto (2012), em pesquisas relacionadas à “Gestão Rural”, atribuíram que as propriedades que apresentam maior disponibilidade de terra e de capital investido na propriedade, agrupado ao mais elevado grau de escolaridade do gestor, são as que obtêm maior renda agrícola e pecuária. Silva, Simioni e Talamini (2009) também ressaltaram que a disponibilidade de capital e rendimento (produtividade) das atividades produtivas coopera positivamente para a renda das propriedades rurais e a melhoria do padrão de vida das famílias.

Destaca-se ainda que vários artigos analisados demonstram a importância da diversificação das atividades para a melhoria da renda das famílias rurais, e as variáveis envolvidas com a gestão do agronegócio no empreendimento rural, para

medir a influência destas no método de tomada de decisão. Perondi e Schneider (2011) destacam que um fator significativo na receita familiar é diversificar suas fontes de renda.

Ney e Hoffmann (2008) afirmam que a ampliação de atividades não agrícolas é um componente importante para o desenvolvimento rural, em que são criadas novas oportunidades de trabalho para os agricultores e escolhas para ganhos superiores aos das atividades agrícolas. Simioni (2013) reafirma que a renda obtida pela família é resultado de uma melhora histórica, fortemente relacionada com suas estratégias definidas ao longo do tempo e as relações constituídas com o ambiente externo e a propriedade rural.

No que se refere a gerenciar eficazmente um ambiente complexo e dinâmico, como já apontavam Reeve e Black (1993), requer cada vez mais um conjunto de informações. Essa ampla fonte de informações que os produtores utilizam, de acordo com Bamerry *et al.* (1997), influenciam decisivamente no processo de tomada de decisão. Nesse sentido, o passo primário a ser dado pelo produtor rural é o conhecimento de sua organização e das suas inclusões com o meio. Para uma melhor compreensão do tema, a seguir serão abordados alguns conceitos de autores no contexto da nova gestão rural.

2.1 A NOVA GESTÃO RURAL

Frente às mudanças da administração rural no momento atual, os novos administradores tornam as formas de administrar flexíveis, criando visões e ações de desenvolvimento dos conceitos e definições metodológicas sobre a administração rural, possibilitando sustentabilidade para a oportunidade da economia brasileira. A profissionalização do meio rural destinada ao crescimento e oportunidade na conquista dos mercados mundiais, tendo como objetivo o aperfeiçoamento dos administradores como fonte de entendimento e implantação de teorias administrativas na gestão das empresas rurais. (IPEIA, 2009)

O agronegócio é importante para o desenvolvimento regional e o fortalecimento da economia. No entanto, diante das dificuldades encaradas pelos produtores, cada vez fica mais complicado se manterem na atividade, principalmente devido às constantes oscilações de preços dos produtos, a lei da oferta e da

procura, bem como, fatores ambientais como geadas, estiagens e temporais. Contudo, manter-se na atividade rural requer um grande número de investimentos, seja para continuar na atividade, aumentar a receita ou também para facilitar o manejo das atividades (ARAÚJO, 2013).

De acordo com Callado *et al.* (2011), o administrador rural deve ser capaz de acertar na tomada de decisões diante das diversas alternativas que o mercado lhe oferece, selecionando possibilidades que tragam benefícios a sua propriedade, sem violar a legislação. Entretanto, decisões importantes na gestão da propriedade estão relacionadas ao controle de custos, devendo o gestor estar atento aos custos, buscando sempre diminuí-los, elevando ao máximo sua produção sem que o produto final perca sua qualidade.

O ambiente de negócios está em constante mutação. Isso requer a quebra de paradigma e da comodidade das organizações, provocando um desconforto entre gerentes e trabalhadores, exigindo mais interação, questionamento e desenvolvimento. Organizações que não se adaptarem ao novo ambiente podem ir à falência. Por outro lado, aparece a administração estratégica, que representa o estilo de gerência que se preocupa com a adequação do empreendimento ao seu ambiente e de que maneira elas conseguirão agir de forma proativa, construindo o futuro da área. (UECKER; BRAUN; UECKER, 2005).

Também com muitas mudanças sociais, financeiras e políticas que vêm acontecendo, estabelece-se um cenário de incertezas, pois o sucesso de um negócio está baseado na criação de valor e de riqueza para as pessoas, o que significa assumir riscos e inovar sucessivamente.

Para Hamel e Prahalad (apud SETTE 1999), a qualidade do produto não será mais uma diferença competitiva, mas um dos passos importantes para entrar no mercado. Além do que para melhorar neste aspecto, os empreendimentos terão que reinventar o seu setor. É preciso reestruturar as estratégias e reinventar caminhos, processos de produção, clientes, critérios de promover gerentes e medidas para avaliar o sucesso. Será necessário reinventar o setor no qual a empresa atua. Isto mostra que os empreendimentos não concorrem apenas dentro das fronteiras dos setores existentes, mas trabalham para criar a estrutura dos setores futuros. Nesse sentido, há necessidade de transformação tanto da parte organizacional como

também do setor como um todo. É necessária uma estrutura consistente para concorrer em um mercado em constante transformação.

Assim, é necessário fazer uma previsão futura do campo, que auxiliará o encarregado a definir quais benefícios que os compradores exigirão e assim modelar o empreendimento para oferecer tais benefícios. A previsão futura do setor precisa detalhar as tendências dos estilos de vida, tecnologia, demografia e geopolítica. Por este motivo, os empreendimentos devem desenvolver uma estratégia coletiva, exigindo uma postura mais cooperativa e menos competitiva. A competição deverá acontecer mais entre setores e menos entre as organizações. (UECKER; BRAUN; UECKER, 2005).

A identificação da capacidade do empreendimento rural e a sua decorrente organização para o aproveitamento da mesma, além da sua conduta conforme os princípios da administração são situações necessárias para o sucesso de qualquer negócio. (UECKER; BRAUN; UECKER, 2005).

Entretanto, para identificar a competência deve-se analisar o empreendimento, os fundos financeiros, os recursos de produção, o sistema de informação do empreendimento, o potencial da sua energia de trabalho e seus recursos mercadológicos. Deve-se também avaliar o ambiente nos seus aspectos econômicos, sociais, tecnológicos e políticos, legais e ambientais. É importante conhecer a história da instalação e da família, sua trajetória de acumulação e sua evolução recente. (UECKER; BRAUN; UECKER, 2005).

A gestão do negócio torna o crescimento do empreendimento rural mais viável, fazendo com que fique intenso para o enfrentamento de crises, constituindo uma melhor rentabilidade no comércio. (COAMO, 2006).

Gestão é uma palavra que tem como sinônimo o sucesso. Em sua essência, gerir significa gerenciar, administrar. Um conceito que apesar de ser baseado na experiência do conhecimento humano, ainda assim é, para muitos, uma novidade. (CALLADO, 2011).

Acrescenta-se também que no meio rural a gestão do negócio torna o desenvolvimento do empreendimento mais viável, fazendo com que fique resistente para o enfrentamento de crises, ou até no dia-a-dia, preparando a propriedade para uma melhor rentabilidade no mercado. Ainda a visão de que a competitividade está na cadeia traz benefícios à relação, que em momentos de crise pretendem ajudar-se

mutuamente. Com certeza, o agricultor moderno deve abusar desta ferramenta, principalmente nesse momento presente em que o setor rural passa por uma crise. Reforçar a gestão empresarial das propriedades rurais, independentemente da dimensão, é o grande investimento a ser realizado. (COAMO, 2006).

Com base neste desenvolvimento teórico em relação à gestão rural percebe-se que o tema vem se destacando com o passar do tempo e merece uma maior percepção do estudo, na pesquisa no âmbito nacional. Nota-se que o termo é frequentemente relacionado com a contabilidade, que é a capacidade de registrar fatos e produzir informações que possibilitem o controle e o planejamento. É preciso que os gestores rurais estejam dispostos a adotar esta nova ferramenta, pois ela não depende apenas de processos produtivos, mas serve para auxiliar na viabilidade e análise de investimentos e de tomadas de decisões, além disso, os agricultores precisam estar abertos para mudanças.

3 METODOLOGIA

O presente artigo enquadra-se como um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, que foi operacionalizado por meio de uma *survey* e de entrevistas. De acordo com Duarte (2016), a pesquisa quantitativa se traduz por tudo aquilo que pode ser quantificável, isto é, iria traduzir em números as opiniões para então obter a análise dos dados e, em seguida, chegar a uma conclusão.

Neste sentido, o instrumento de coleta de dados utilizado foi composto por perguntas de múltipla escolha e de questões abertas. Partindo dos objetivos de estudo, aplicou-se o roteiro proposto e validado por Deggrone (2013), este que abordou a permanência dos jovens nas unidades de produção. O instrumento de coletas foi organizado da seguinte forma: dividiu-se o questionário em dois blocos, sendo 20 questões objetivas e 04 subjetivas. Foi feita uma breve introdução com a identificação da pesquisa e explicações para efetuar o preenchimento da mesma.

A coleta de dados ocorreu da seguinte maneira: a sua aplicação aconteceu no mês de outubro de 2016. Como os estudantes da Casa Familiar são menores de idade, o pesquisador encaminhou os questionários para a autorização dos pais e retirou na semana seguinte, em horários pré-definidos com os responsáveis do local. Os participantes da pesquisa foram selecionados de forma aleatória simples, por

conveniência, obtendo-se 32 questionários válidos.

Os dados coletados na etapa quantitativa foram tabulados e analisados com o auxílio da ferramenta Google Drive e serão apresentados por meio de tabelas, contendo o percentual e os valores mínimos e máximos observados.

De forma inicial, identificou-se o perfil dos respondentes, e fez-se a análise descritiva das variáveis sócio demográficas dos participantes.

Cabe destacar que os procedimentos metodológicos estão em obediência aos preceitos éticos implicados na pesquisa com seres humanos, conforme a resolução do Conselho Nacional de Saúde (196/96) e do Conselho Federal de Psicologia (16/2000), que incluem o sigilo quanto à identidade dos participantes e à liberdade de adesão voluntária ao estudo bem como a garantia da utilização dos dados para fins específicos deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este estudo buscou compreender quais fatores que interferem na permanência ou não dos jovens na agricultura. Para tanto, aplicou-se um questionário com os estudantes da Casa Familiar de Riqueza- SC, por ser uma escola técnica agrícola onde há jovens estudantes que moram e trabalham na área rural, se encaixando no perfil da pesquisa. Obteve-se 32 questionários válidos, cujos resultados serão apresentados neste tópico:

4.1 PERFIL DOS ESTUDANTES DA CASA FAMILIAR

A Casa Familiar Rural de Riqueza - SC é um espaço destinado à formação de jovens do meio rural que recebem formação técnica, gerencial e profissional objetivando qualifica-los e oferecer alternativas de renda e de trabalho para assim permanecerem e beneficiarem a própria região. As aulas na Casa Familiar Rural são em sistema de alternância, ou seja, o jovem fica uma semana estudando teoria na Casa Familiar e outra semana em casa, na sua propriedade, conciliando a teoria com a prática. (ASSOC CASA FAMILIAR RURAL, 2016).

A Casa Familiar Rural está localizada na Linha Cambucica, interior do município de Riqueza, sendo que a proximidade e confiabilidade que ela passa aos

jovens são os motivos para que eles procurem estudar no curso de Técnico em Agronegócio que ela oferece. As demais cidades são todas vizinhas tendo uma localização próxima, atraindo os jovens que se interessam pelo curso também. (ASSOC CASA FAMILIAR RURAL, 2016).

A primeira análise realizada no estudo foi identificar o gênero dos respondentes, possibilitando observar a forma de envolvimento dos jovens na Casa Familiar. Entre os 32 jovens que responderam os questionários, constatou-se que 25 são do gênero masculino e 7 do gênero feminino.

Os jovens respondentes da pesquisa são dos municípios de Riqueza, Caibi, Mondaí, Palmitos e Iraceminha. Riqueza se destacou com 20 jovens, Caibi com 06 jovens e o restante dos municípios somou os outros 06 jovens.

A composição familiar das propriedades rurais dos respondentes apresenta uma estrutura constituída de 03 a 06 pessoas por casa. Já o grau de idade dos jovens é de quinze a dezessete anos.

Foi questionado se a área utilizada da propriedade rural é própria ou arrendada, tendo 31 jovens respondido que é própria e apenas 01 respondeu que a área utilizada é arrendada.

Segundo Azevedo (2015) o arrendamento é um contrato de empréstimo de um fator de produção, no qual seu proprietário o entrega a outro para ser explorada, por meio de remuneração, e já a propriedade rural própria é composta por um imóvel ou o conjunto de imóveis de um mesmo proprietário onde se exerce a posse.

Sobre a renda mensal líquida da família, baseada em salários, verificou-se que 12 respondentes afirmam ter a renda mensal de até 02 salários mínimos e 11 respondentes alegam ganhar de 03 a 04 salários mínimos. Já os 09 respondentes restantes afirmaram que a renda é superior a 05 salários, destacando-se como a renda mais elevada que a média.

Segundo uma pesquisa realizada por Siedenberg e Silva (2016), a média mensal da renda de um pequeno agricultor é de 4,5 salários mínimos por unidade de produção. Mas isto é variável, pois depende de quais atividades ele desenvolve.

4.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS RESULTADOS OBTIDOS

Na análise quantitativa buscou-se abranger a caracterização socioeconômica e produtiva da unidade de produção familiar, com base nas respostas dos jovens que estudam na Casa Familiar e vivem da agricultura.

Na primeira pergunta de análise quantitativa, buscou-se saber qual é a projeção de futuro traçado pelos respondentes. A tabela 01 demonstra que 18 jovens responderam que iriam permanecer na agricultura como proprietários de uma propriedade rural e 07 jovens responderam que irão permanecer no meio rural, porém trabalharão na cidade.

Tabela 01: Projeção para o futuro:

O PRETENDE FAZER FUTURAMENTE	QUANTIDADE	%
Permanecer na agricultura como proprietário.	18	56,3
Permanecer morando na propriedade rural e trabalhando na cidade	7	21,9
Permanecer no meio rural, mas trabalhar em atividades não agrícolas.	3	9,4
Permanecer no meio rural conciliando as atividades na propriedade rural com atividades não agrícolas	1	3,1
Outros	3	9,4
TOTAL	32	100

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Segundo o último censo agropecuário, realizado no ano de 2006, 84,4% dos estabelecimentos agropecuários têm como base a agricultura familiar e ocupam próximo a 24,3% da área total utilizada pela agropecuária (IBGE, 2006). Segundo Abramovay *et al.*, (2013), para a maioria dos filhos de agricultores, a permanência na profissão paterna é o horizonte profissional mais desejado.

Foi identificado que existe um forte desejo de continuidade na agricultura familiar por parte dos jovens, o amor pelo trabalho no meio rural e pelo lugar onde residem, a conscientização de que os jovens, satisfeitos com a vida no campo, não optará pela vida na cidade, compreendem a importância da construção de um futuro promissor no meio rural.

Ademais, através da pesquisa pode se observar que os jovens querem permanecer no meio rural, o que demonstra um grau de satisfação, que está relacionado com o modo de vida no campo. Desta forma, não importa se o trabalho

é muitas vezes cansativo, ou que exige cuidados e talvez, maior tempo para a execução das atividades, o importante é entender que aqueles meios geram trabalho e renda, e, além disso, proporciona satisfação às pessoas que as executam.

Em um estudo realizado por Mior (2005), no oeste catarinense, o autor percebeu que a propriedade familiar é entendida como uma estratégia de reprodução social dos agricultores familiares e de promoção do desenvolvimento rural, o que é suficientemente importante para que um conjunto ativo de políticas possa despertar o interesse dos jovens em sua valorização.

A tabela 02 apresenta o nível de acordo com os últimos investimentos e mudanças realizadas na propriedade rural, o que pode estimular os filhos a permanecerem na atividade e influenciar nas decisões profissionais. Assim, conforme demonstrado na tabela, entre os 32 respondentes, 24 estão de acordo com os investimentos e mudanças.

Tabela 02: Concordância com investimentos e mudanças realizadas na propriedade rural:

CONCORDÂNCIA	QUANTIDADE	%
Estou de acordo com eles	24	75
Não houve investimentos ou mudanças	4	12,5
Não participo das decisões	2	6,3
Concordo em parte	2	6,3
Não concordo	0	0
TOTAL	32	100

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

O resultado apresentado demonstra que os jovens estão de acordo com os últimos investimentos e mudanças que foram realizadas na propriedade rural da família, o que os motiva para que futuramente possam dar continuidade às atividades, fazendo com que perceba que ela pode ser lucrativa e que trabalhar nela pode ser prazeroso.

Percebe-se que o fato de os jovens terem atuação e poder de decisão contribui decisivamente para que permaneçam no meio rural, e futuramente exercerem uma gestão eficiente no próprio empreendimento rural ou herdado pelos pais.

Conforme destaca Carneiro (2006), “o papel da família como instância privilegiada de mediação entre o indivíduo e a sociedade é neutralizado, abrindo-se espaço para estratégias entre o jovem e a família”.

A próxima tabela apresenta o nível da relação entre pais e filhos diante de ideias novas ou diferentes. A maioria, com 23 respondentes, afirmou que diante uma nova ideia ela é discutida em família e aceita algumas propostas.

Tabela 03: Ideias novas para a propriedade e a reação dos pais:

CONCORDÂNCIA	QUANTIDADE	%
Discute em família e aceita algumas propostas	23	71,9
Costuma fazer propostas novas	3	9,4
Aceita quase sempre	3	9,4
Rejeita quase sempre	3	9,4
TOTAL	32	100

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Ficou evidenciado, que os pais estão aceitando as opiniões que os jovens apresentam para aplicar na propriedade, considerando que estão estudando e aprendem novas práticas de gerir e trabalhar. A partir desse diálogo entre pais e filhos, são colocadas em prática novas ideias, abrindo espaço para novos modelos de gestão e trabalho na propriedade.

Nesse sentido, é importante destacar o diálogo entre os pais e filhos, pois os jovens anseiam muitos projetos quando adolescentes, mas a conversa, aliada a experiência e informação, permite que eles conheçam e entendam a agricultura num processo de tomada de decisão e contribui decisivamente para que os jovens permaneçam no meio rural. (DEGGERONE, 2013).

Perguntou-se aos jovens se eles desenvolvem alguma atividade produtiva individual para obter dinheiro, as respostas foram de 100% que não desenvolvem nenhuma atividade individual.

Na sequência havia outra pergunta sobre como o respondente faz para conseguir dinheiro para o lazer, adquirir roupas, etc, se não desenvolve nenhuma atividade individual.

A tabela 04 apresenta como os jovens são remunerados na propriedade rural, para lazer, adquirir roupas, etc. As informações demonstram que 40,6% dos jovens recebem parte da produção da propriedade rural, e 28,1% dos jovens os pais

decidem e tomam a iniciativa de dar dinheiro, e o restante tem que pedir dinheiro quando precisam.

Tabela 04: Remuneração para lazer:

CONCORDÂNCIA	QUANTIDADE	%
Recebe parte da produção da propriedade rural	13	40,6
Os pais decidem e tomam a iniciativa de dar dinheiro a seu critério	9	28,1
Tem que pedir dinheiro, mas o pai também dá a seu critério.	6	18,8
Tem que pedir dinheiro cada vez que precisa	4	12,5
TOTAL	32	100

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Conforme Deggerone (2013), a recompensa monetária pelas atividades desenvolvidas pelos jovens dentro das propriedades rurais serve como mecanismo para mantê-los por mais tempo envolvidos no trabalho familiar.

Conforme análise da tabela, o acesso à renda é um dos fatores que condicionam a autonomia e valorização da presença dos jovens nas propriedades rurais. Os jovens como consumidores e inseridos numa cultura de consumo seja através de moda, acessórios e tecnologias, querem ter acesso a uma porcentagem da produção, pois ter uma renda só para eles serve como motivação. Os resultados dos questionários também demonstram que os jovens possuem preocupação com o futuro, quanto a ter dinheiro para estudar e viajar, o que constitui uma quebra de paradigma, pois anos atrás não havia esta visão de quem vivia na área rural.

Contudo, é necessário destacar a percepção e conscientização dos pais sobre a importância de os filhos continuarem no meio rural sem precisar migrar para as cidades para ter uma renda própria, podendo assim obter a sua remuneração dentro do núcleo familiar.

Um estudo realizado por Kiyota *et al.* (2010) exhibe que as famílias inseridas em estratégias de desenvolvimento rural apresentam, de maneira geral, melhor qualidade de vida, desfrutando de melhores condições de saúde, aumento de renda, boa alimentação, o que determina a acessibilidade a bens e serviços, autoestima individual e familiar em evidência, possibilidade de aquisição de motos, carros e outros meios de transporte, presença em festividades, reforma e aquisição de móveis e equipamentos domésticos, ampliação das casas, bem como melhoria na apresentação pessoal, com a compra de roupas e acessórios.

Na tabela 05 é demonstrado o pensamento do jovem em relação ao futuro em permanecer na propriedade. A pergunta relacionava se caso permanecer na propriedade rural ou em outra, o que iria adquirir.

Tabela 05: Mudanças na propriedade:

CONCORDÂNCIA	QUANTIDADE	%
Ampliaria as atividades existentes, implantando máquinas e equipamentos para melhorar as condições de trabalho.	24	75
Continuaria explorando as mesmas atividades	4	12,5
Outros	4	12,5
TOTAL	32	100

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

Ficou explícito no resultado das respostas com 75% que os jovens pesquisados têm atração por novas tecnologias e investimentos, o que demonstra uma vontade de facilitar as atividades e, ao mesmo tempo, uma visão em nível de custos relacionado à mão de obra, o que pode significar a gestão como foco.

Com relação às perspectivas dos jovens, é possível também identificar entre os pesquisados que os mesmos já fizeram uma opção de vida e de trabalho, e isso está relacionado aos constantes estímulos proporcionados pela família, o que contribui nas suas escolhas.

Por essa razão, os jovens possuem, em alguns momentos e em certos aspectos, um pensamento e uma prática estratégica que combinam o uso do tempo presente visando preparar o tempo futuro, e como aponta Wanderley (2003), tais projetos foram negociados no interior da família.

Em comparação com um estudo semelhante desenvolvido por Abramovay *et al.*, (2013) no extremo oeste catarinense, revela-se que a maioria dos entrevistados dizem que não sairiam da região onde moram hoje, desde que obtivessem crédito fundiário e créditos para investimentos de instalação. Gerir um negócio com prosperidade, e ideia de expandir suas atividades, se desenvolver para suprir dificuldade da propriedade rural, é garantir a continuidade da família no meio rural.

Nos estudos de Stropasolas (2007), o autor intervém que vivemos numa época de expansão do mundo cultural, e isto reflete hipoteticamente nas demandas da juventude. Esta ampliação do mundo simbólico e valorativo é percebida nos

apontamentos dos jovens que desejam o melhor dos dois universos, o rural e o urbano.

A tabela 06 é uma questão de caixa de seleção onde os respondentes podiam escolher mais de uma alternativa. Em relação à pergunta sobre o que falta para melhorar na propriedade, evidenciou-se que foram apontadas 24 vezes a aquisição de equipamentos para diminuir trabalhos e 10 vezes a busca de espaços de comercialização com preços adequados.

Tabela 6: Melhoramento da propriedade rural:

CONCORDÂNCIA	QUANTIDADE	%
Equipamentos para diminuir trabalhos	24	75
Busca de espaços de comercialização (preços adequados)	10	15,6
No momento não é preciso realizar nenhum investimento ou mudança;	8	25
Aumentar a disponibilidade de mão de obra	5	15,6
Capital de giro para permitir o desenvolvimento das atividades	4	12,5
Busca por formação e assistência técnica	3	9,4
Melhoria das vias de acesso	3	9,4
A qualidade de energia elétrica	1	3,1

Fonte: Elaborado pelos pesquisadores, 2016.

As transformações nas propriedades ocorrem pela introdução de novos equipamentos e máquinas para reduzir os trabalhos manuais, visto que as atividades da agricultura são consideradas difíceis e penosas. O resultado apresentado demonstra esse anseio de transformação, pois, 75% dos jovens querem melhorar ou adquirir equipamentos para diminuir trabalhos.

As novas técnicas de produção, e as tecnologias, exigem da família mais dedicação e especialização produtiva. E os pais demonstram uma menor habilidade de aprendizagem e comprometimento, por isso eles delegam aos filhos a liberdade de executarem essas atividades. Além disso, se torna importante apontar, que com isso desenvolve e estimula a competência pessoal dos jovens, de forma a ampliar os conhecimentos e as práticas em relação à gestão das atividades agrícolas, fortalecendo a capacidade de liderança, políticas e econômicas necessárias para a compreensão no mercado em que estão inseridos.

Essa modernização da agricultura desencadeou um salto qualitativo e quantitativo em relação à condição original, o que significa, para alguns, um

processo de exclusão, uma vez que a precarização das condições de vida de alguns agricultores impede o acesso às inovações tecnológicas. (DEGGERONE, 2013).

Todavia, a dinâmica de inserção das máquinas e equipamentos nas propriedades rurais auxilia no desenvolvimento das atividades nas unidades de produção familiares e proporciona a permanência dos jovens no meio rural.

Sobre a permanência na propriedade, a maioria dos entrevistados pretende ficar numa propriedade rural e poucos querem ir para a cidade. A maioria quer construir uma casa própria na mesma terra ou próxima da casa dos pais. Conforme ressalta entrevistado (A) o seguinte:

Quero construir minha própria casa para ser independente, pois o pai tem ideias muito diferentes que eu, e ficando no interior posso cultivar alimentos para não precisar comprar na cidade e vender o excedente, sendo um diferencial no campo, pois acredito que a agricultura é o futuro.

Levando em consideração a percepção da agricultura, o estímulo aos filhos para permanecer na propriedade agrícola se torna constante. Conforme relata o entrevistado (B) o seguinte:

Pretendo morar com os pais para cuidar deles e dar continuidade nos negócios familiares e mais futuramente ampliar e automatizar as atividades para que possamos ter mais fonte de renda.

Percebe-se também que os jovens se integram aos processos de trabalho, auxiliando e acompanhando os pais em algumas tarefas, ajudando na casa desde muito cedo. Pouco a pouco vão assumindo encargos de maior importância e chegam à adolescência não só dominando as técnicas observadas durante sua vida, mas os principais aspectos da própria gestão do estabelecimento.

As perspectivas futuras dos jovens enquanto agricultores familiares constituem-se numa antecipação consciente do futuro que revela o ser e o transforma orientando sua conduta em direção a um futuro pretendido. Além disso, os projetos profissionais acalentados pelos jovens tendem a traduzir provavelmente mais do que qualquer outro indicador, a avaliação que os jovens fazem da agricultura familiar, assim como suas visões das possibilidades de reprodução das unidades de produção familiar e suas disposições de permanência nesse ramo de atividade (WEISHEIMER, 2007).

A continuação da reprodução social do modo de vida dos pais envolve, ainda, o processo de herança do patrimônio familiar, que é a transferência legal da terra e dos ativos produtivos da unidade familiar. (SILVESTRO *et al.*, 2001, p. 280). Para Woortmann (1995, p.195), “[...] a herança pode ser entendida como uma retribuição deferida no tempo por um trabalho realizado na terra”.

Sobre a continuidade dos estudos, os jovens responderam que pretendem continuar estudando. Alguns querem apenas se especializar na área agropecuária fazendo cursos técnicos e outros já almejam fazer uma faculdade. Os cursos que se destacaram no grupo foram Agronomia, Medicina Veterinária e Administração, “pois está ligada com a nossa área do futuro que queremos tomar rumo”, destacaram os entrevistados.

Para Pereira (2004), os estudos sobre juventude caminham no sentido de “reconhecer particularidades ligadas à geração ou específicas características de grupos de jovens”. Características essas que se mostram nos estilos de vida, de moda e comportamentos, que atribuem à juventude “o papel de propulsora real ou potencial dos processos de transformações sociais, políticas e culturais” (PEREIRA, 2004, p.15).

Dessa forma, na Casa Familiar, as principais motivações que condicionam a permanência dos jovens na propriedade rural evidenciaram que o meio rural é um local aconchegante, tranquilo, e proporciona condições de crescimento socioeconômico; além de não existir um patrão controlando as atividades desenvolvidas; maior conforto e qualidade de vida e a flexibilidade no horário de trabalho.

Segundo Rambo (2005) a área rural terá cada vez mais valor, pela preservação da biodiversidade, pelo contato com a natureza, por um estilo de vida menos estressante e menos violento do que nos centros urbanos, buscando valores culturais que são importantes para a nossa vida.

Além disso, os jovens consideram que diminuiu muito o trabalho árduo no campo e porque gostam das atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais. Consideram, ainda, que o meio rural oportuniza uma renda maior, além da proximidade da família, porque os pais querem que eles permaneçam na propriedade, para seguir a tradição e costume da família, além de enfatizar que a

permanência está relacionada ao gostar das atividades produtivas desenvolvidas e a segurança existente no meio rural.

No estudo desenvolvido por Rambo (2005) o autor cita que para a permanência do pequeno produtor no campo e complementação de sua renda com atividades não-agrícolas, é o lado social. O convívio em sociedade nas diferentes comunidades é de muita organização e o lazer é melhor e de mais qualidade do que na maioria das cidades. As pessoas se conhecem e formam grupos voltados aos interesses comuns; dessa forma os grupos de idosos, os grupos de jovens, o clube de futebol que reúne jovens e veteranos, os grupos de damas os grupos de bolão, e as celebrações litúrgicas fazem parte da identidade do indivíduo, e das características da cultura.

O último aspecto a ser destacado é a manifestação dos entrevistados acerca da necessidade de capacitação do jovem como forma de reconhecimento e incentivo à permanência no meio rural, maior valorização do agricultor e dos produtos agrícola e maior incentivo do poder executivo para a agricultura.

5 CONCLUSÃO

O estudo teve como objetivo geral compreender quais fatores interfere na permanência ou não dos jovens na agricultura, verificar as características econômicas das famílias e visualizar os parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica.

Para atingir o objetivo proposto, foram distribuídos questionários na Casa Familiar de Riqueza- SC, por ser uma escola técnica agrícola onde há jovens estudantes que moram e trabalham na área rural, se enquadrando no perfil da pesquisa. As questões foram voltadas às características econômicas, parâmetros de vida do jovem e sua participação nessa dinâmica, visando analisar as percepções dos mesmos. Em seguida realizou-se análise por meio de tabelas com auxílio do Software Excel e Google Drive.

O presente artigo se enquadra em um estudo descritivo, de abordagem quantitativa, que foi operacionalizado por meio de uma *survey* e de entrevistas.

A pesquisa obteve um total de 32 respostas, todos estudando na Casa Familiar de Riqueza- SC. A maioria dos respondentes é do gênero masculino e a

idade fica entre 15 a 17 anos. A composição familiar dessas propriedades rurais apresenta uma estrutura familiar constituído de 03 a 06 pessoas por casa.

Neste sentido, o trabalho contribui para um referencial teórico para a comunidade científica devido à relevância do tema. Além disso, considerando a potencialidade que o agronegócio representa em nosso país na atualidade, junto a pouca informação sobre gestão eficiente, e a limitada utilização de práticas sustentáveis para o negócio, acabam reduzindo a sua capacidade produtiva, e uma melhor gestão das propriedades em questão.

Os estudos que deram rumo e credibilidade para que esta pesquisa ocorresse assim foram de Piovesani, Bortoluzzi e Silva (2015) com o tema de: Avaliação de desempenho em propriedade rural de pequeno porte do extremo oeste de Santa Catarina, e Deggerone (2013), com o tema de: A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares, onde ambos articulavam avaliações de desempenho voltadas para a área de pequenas propriedades rurais e seus contextos específicos, a fim de ampliar os estudos sobre o tema proposto.

Com base nos resultados, a maioria dos jovens pretende ficar numa propriedade rural, poucos querem ir para a cidade, pois a maioria dos entrevistados quer construir casa própria morando na mesma terra ou próximo da casa dos pais.

Além disso, os jovens querem continuar estudando, alguns se especializando na área de agropecuária fazendo cursos técnicos e outros almejam fazer uma faculdade. Os cursos superiores que se destacaram no grupo foram: agronomia, medicina veterinária e administração.

Dessa forma, na Casa Familiar Rural, os fatores que influencia a permanência dos jovens na agricultura são: local aconchegante, tranquilo, e proporciona condições de crescimento socioeconômico; além de não existir um patrão controlando as atividades desenvolvidas; maior conforto e qualidade de vida e a flexibilidade no horário de trabalho.

Ademais, os jovens consideram que diminuiu muito o trabalho árduo no campo e gostam das atividades produtivas desenvolvidas nas propriedades rurais. Consideram, ainda, que o meio rural oportuniza uma renda maior, além da proximidade da família, porque os pais querem que eles permaneçam na propriedade, para seguir a tradição e costume da família, além de enfatizar que a

permanência está relacionada ao gostar das atividades produtivas desenvolvidas e a segurança existente no meio rural.

Identificou-se que, os fatores que interferem na permanência dos jovens na propriedade rural são: busca de estudo e trabalho em centros maiores, com isso, não voltam mais para casa, pois criam novos laços, ficando no local onde estão e se desvinculando da propriedade rural; Desmotivação em relação aos lucros gerados. É um dos principais pontos, porque a muito trabalho para ser feito e pouco retorno para o agricultor; Falta de infraestrutura e máquinas adequadas para facilitar os trabalhos na agricultura, os jovens preferem trabalhar como assalariados, por ver as dificuldades que os pais enfrentam. E nisso, muitos não estimulam seus filhos, para não vê-los sofrer como eles já sofreram.

O último aspecto a ser destacado é a manifestação dos entrevistados acerca da necessidade de capacitação do jovem como forma de reconhecimento e incentivo à permanência no meio rural, maior valorização do agricultor e dos produtos agrícolas e maior incentivo do poder executivo para a agricultura.

Cabe destacar, ainda, que a permanência dos jovens na agricultura familiar independe da participação de projetos de vida dos jovens rurais ou da expectativa de vida dos pais, mas de um processo inclusivo que coloque a agricultura no centro de um ciclo vital, e restaure a importância da atividade “do agricultor”, (HAYGERT; DICKIE, 2004).

Para novas pesquisas, sugerem-se avaliações de desempenho voltadas para a área de pequenas propriedades rurais e seus contextos específicos, principalmente pelo fato de que uma gestão rural eficiente pode contribuir para o desenvolvimento de uma realidade local ou regional específica. Enfim, o tema gestão rural é de extrema importância, por isso a necessidade de existir fontes de indicação para novas pesquisas, para esclarecimento e novos modelos e métodos de pesquisa indicados. Por fim, a pesquisa sobre o tema proposto constitui importante aporte para a grande área das Ciências Sociais Aplicadas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo et al. **AGRICULTURA FAMILIAR E SUCESSÃO PROFISSIONAL: NOVOS DESAFIOS**. 2013. Disponível em: <http://gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

ARAÚJO, M. J. **Fundamentos do agronegócio**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.
AZEVEDO, Silvia Nothem de. **O registro de títulos e documentos**. 2015.
Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?>>. Acesso em: 30 out. 2016.

BAMBERRY, G. *et al.* **A pilot study of the relationship between farmer education and good farm management: a report**. Barton: Rural Industries Research and Development Corporation, 1997.

Brasil em desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – Brasília: IPEA, 2009. Disponível em:
<http://www.ipea.gov.br>. Acesso em 026 jun 2016.

BAUMEL, Adriana; BASSO, Luiz Carlos. **Agricultura familiar e a sustentabilidade da pequena propriedade rural**. Guarapuava – Paraná: Ed. Unicentro, 2004.

CASA Familiar Rural. Disponível em:
<<http://www.educacao.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=136>>.
Acesso em: 29 out. 2016.

CALLADO, A. A. C. *et al.* **Agronegócio**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Contabilidade rural** – Uma abordagem decisória. 6. ed. São Paulo, Atlas: 2011.

CARNEIRO, Maria José (2006). Acesso à terra e condições sociais de gênero: reflexões a partir da realidade brasileira. VII Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Disponível em: <http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6517>
Acesso em: 30 out. 2016

DEGGRRONE, Zenicleia Angelita. **A permanência dos jovens nas unidades de produção familiares na região alto Uruguai, Rio Grande do Sul**. 2013. Disponível em:
<<https://www.univates.br/bdu/bitstream/10737/487/1/2013ZenicleiaAngelitaDeggerone.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. **PESQUISA QUANTITATIVA E QUALITATIVA**. Disponível em: <<http://monografias.brasilecola.uol.com.br/regras-abnt/pesquisa-quantitativa-qualitativa.htm>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FETAESC. **Diminuição no número de propriedades da agricultura em Santa Catarina reforça o compromisso do GTB 2015**. Disponível em:
<<http://www.fetaesc.org.br/noticias/diminuicao-no-numero-de-propriedades-da-agricultura-em-santa-catarina-reforca-o-compromisso-do-gtb-2015/>>. Acesso em: 24 jun. 2016.

GESTÃO RURAL. **Jornal Coamo**. Edição 350, maio de 2006. Disponível em:
<<http://www.coamo.com.br/jornalcoamo/mai06/gestao.html>>. Acesso em: 01 maio 2016.

HAYGERT, M. L. L.; DICKIE, M.A.S. Produzindo vida: jovens rurais, *ethos* camponês e agroecologia. In: AUED, B.W.; PAULILO, M.I.S (org). **Agricultura Familiar**. Florianópolis: Insular, 2004. p. 109 -152.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Santa Catarina**. Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/uf.php?lang=&coduf=42&search=santa-catarina>. Acesso em: 24 jun. 2016.

KIYOTA, N, *et al.* A agroindústria familiar como uma estratégia de construção social de novidades produtivas na agricultura: Uma análise comparativa entre Sul e Nordeste do Brasil. (2010). In: **4º Encontro Da Rede De Estudos Rurais**. Mundo Rural, Políticas Públicas, Instituições e Atores em Reconhecimento Político. 06 a 09 de julho de 2010, UFPR, Curitiba (PR). Disponível em: <http://www.redesrurais.org.br/sites/default/files/A%20AGROIND%20C%9ASTRIA%20FAMILIAR%20COMO%20UMA%20ESTRAT%20GIA%20DE%20CONSTRU%20C%87%20S.pdf> Acesso em: 15 out 2016.

MARION, J. C.; SANTOS, G. J. dos. Aspectos sobre a administração rural. In: Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração, 17, 1993, Salvador. **Anais**. Salvador: ANPAD, 1993. p. 169-177.

MAZETTO, Frankimar; OENNING, Vilmar; KRUGER, Silvana Dalmutt; ZANIN, Antonio; GUBIANI, Clésia Ana. Fluxo da produção de pintainhos de corte: proposta e discussão. In: Congresso da Sober, 50., **Anais eletrônicos**. Vitória –ES., 2012.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: SC, Editora Argos, 2005, 338 p.

NANTES, J. F. D. **Gerenciamento da Empresa Rural**. In: BATALHA, Mário O. (coord.). Gestão Agroindustrial. 1. Ed. São Paulo: Atlas, 1997. p. 489 – 514.

NEY, M. G.; HOFFMANN, R. **A contribuição das atividades agrícolas e não-agrícolas para a desigualdade de renda no Brasil rural**. Economia Aplicada, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 365-393, 2008.

PEREIRA, J. L. G. **Juventude Rural**: para além das fronteiras entre campo e cidade. 2004. 179 f. Tese (Doutorado Antropologia Social - Sociedade e Agricultura). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Seropédica, 2004.

PERONDI, M. A.; SCHNEIDER, S. **Diversificação agrícola e não-agrícola da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2011. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/2/681.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2016.

PIOVESANI, Viviane; BORTOLUZZI, Sandro César; SILVA, Marivânia Rufato da. **Avaliação de desempenho em uma propriedade rural de pequeno porte do extremo oeste de santa catarina**. 2015. Disponível em:

<http://www.simpoi.fgvsp.br/arquivo/2014/artigos/E2014_T00060_PCN50314.pdf>.

Acesso

em: 02 nov. 2016.

RAMBO, Nestor Francisco. **Pequena propriedade agrícola familiar e pluriatividade: tentando compreender a relação campo x cidade no município de itapiranga (SC)**. 2005. Disponível em:

<http://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/6905?locale-attribute=pt_BR>. Acesso em: 05 dez. 2016.

REEVE, I. J.; BLACK, A. W. **Australian farmers' attitudes to rural environmental issues**. Armidale: University of New England, 1993.

SETTE, R. de S. **Administração estratégica na empresa rural**. In: 3 Congresso Brasileiro de Administração Rural: Administração rural & agronegócio no 3 milênio, 1999, **Anais**, p. 51 – 63.

SILVA, C. da; SIMIONI, F. J.; TALAMINI, E. Fatores determinantes da renda de famílias rurais do município de Painel, SC. **Teoria e Evidência Econômica**, Passo Fundo, n. 32, p. 35-54, 2009.

SILVA, J. G. **Velhos e novos mitos do rural brasileiro**. Estudos Avançados, São Paulo, v. 15, n. 43, p. 37-50, 2001.

SILVESTRO, M. L. et al. **Os impasses sociais da sucessão hereditária na agricultura familiar**. Florianópolis: Epagri; Brasília, DF: Nead/MDA, 2001.

SIMIONI, F. J.; ZILLIOTTO, T. C. Influência das inovações tecnológicas em unidades de produção familiares da região oeste de Santa Catarina. **Revista de Economia e Agronegócio**, Viçosa, v. 10, n. 3, p. 419-440, 2012.

SIMIONI, F. J. Determinantes da renda familiar no espaço rural: uma revisão. **Organizações Rurais & Agroindustriais**, Lavras, v. 15, n. 3, p. 397-410, 2013.

STRAPASOLAS, V. L. Um marco reflexivo para a inserção social da juventude rural. In:

CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de

Janeiro: Mauad X, 2007. p. 279-297.

UECKER, G. L., BRAUN, M. e UECKER, A. D. **A gestão dos pequenos empreendimentos rurais num ambiente competitivo global e de grandes estratégias**. In: XLIII Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural. **Anais**. SOBER, 2005, Ribeirão Preto-SP, 2005.

VALE, S. M. L. R. do. Gerenciamento dos sistemas de produção: monitoramento econômico-financeiro da propriedade. *In: Simpósio Internacional de Produção de Gado de Corte*, 3., 2002, Viçosa, MG. **Anais**. Viçosa-MG: UFV, 2002.

VEIGA, J. E. da. Uma linha estratégica de desenvolvimento agrícola. **Revista de Economia Política**, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 88-105, 1992.

WANDERLEY, M. N. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: sonhos para o futuro. *In: CARNEIRO, M. J; CASTRO, E. G. de. (Org). Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. p. 21-34.